

EDUCAÇÃO PARA O FUTURO: CONTRIBUIÇÕES DE FAURE, DELORS E SAHLE-WORK

EDUCATION FOR THE FUTURE: CONTRIBUTIONS OF FAURE, DELORS AND SAHLE-WORK

EDUCACIÓN PARA EL FUTURO: CONTRIBUCIONES DE FAURE, DELORS Y SAHLE-WORK

Gladis Lorenzato Bertol¹
Jaqueline Moll²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo resgatar e analisar os relatórios da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para a educação. Apresentamos as principais contribuições dos relatórios Faure (1972), Delors (1996) e Sahle-Work (2021)³, de maneira a situar a preocupação histórica com o futuro da educação e da sociedade. Faure defende uma educação ao longo da vida, que desenvolva os indivíduos integralmente e para a democracia. Delors indica que a educação deve organizar-se em torno de quatro pilares do conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Sahle-Work estabelece um novo contrato social para a educação, reafirmando o compromisso da sociedade com um futuro pacífico, justo e sustentável. Os três relatórios, cada um em seu contexto histórico, constituem valiosos recursos para entender a situação da educação em escala global e para orientar políticas e práticas educacionais.

PALAVRAS-CHAVE: educação; futuro; relatórios UNESCO; educação ao longo da vida.

ABSTRACT

This article aims to retrieve and analyze United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) reports for education. We present the main contributions of the Faure (1972), Delors (1996) and Sahle-Work (2021) reports, in order to situate the historical concern with the future of education and society. Faure defends lifelong education, which develops individuals integrally and for democracy. Delors indicates that education must be organized around four pillars of knowledge: learning to know, learning to do, learning to live together and learning to be. Sahle-Work establishes a new social contract for education, reaffirming society's commitment to a peaceful, fair and sustainable future. The three reports, each in its historical context, are important resources for understanding the state of education on a global scale and for guiding educational policies and practices.

KEYWORDS: education; future; UNESCO reports; lifelong education.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo recuperar y analizar los informes de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO) sobre educación. Presentamos las principales contribuciones de los informes Faure (1972), Delors (1996) y Sahle-Work (2021), con el fin de situar la preocupación histórica por el futuro de la educación y la sociedad. Faure defiende la educación permanente, que desarrolle integralmente a las personas y para la democracia. Delors indica que la educación debe organizarse en torno a cuatro pilares del conocimiento: aprender a conocer, aprender a hacer, aprender a vivir juntos y aprender a ser. Sahle-Work establece un nuevo contrato social para la educación, reafirmando el compromiso de la sociedad con un futuro pacífico, justo y sostenible. Los tres informes, cada uno en su contexto histórico, constituyen recursos valiosos para comprender el estado de la educación a escala global y para orientar las políticas y prácticas educativas.

PALABRAS CLAVE: educación; futuro; informes de la UNESCO; educación permanente.

¹ Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Brasil. Orcid: [0009-0002-9608-2313](https://orcid.org/0009-0002-9608-2313)

² Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil. Orcid: [0000-0001-5465-178X](https://orcid.org/0000-0001-5465-178X)

³ Os anos informados entre parênteses no resumo referem-se aos anos da publicação original dos relatórios. Ao longo do texto, serão utilizados os anos das edições utilizadas como referência.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A preocupação com o futuro sempre foi e é pauta de inúmeras discussões na sociedade. Assim como a educação sempre foi reconhecida como o principal caminho para construção de um mundo melhor. Vivemos em um mundo em constante transformação, marcado por avanços tecnológicos e desigualdades econômicas e sociais. Diante desta realidade, nos questionamos se a educação está conseguindo cumprir com seu papel de capacitar as pessoas, através de conhecimentos, habilidades, valores e competências que lhes permitam desenvolver-se plenamente como seres humanos e contribuir positivamente para a sociedade.

Apresentamos esta discussão em três momentos históricos de transformação social, através da análise dos relatórios da UNESCO para a educação: Faure (1972), Delors (1996) e Sahle-Work (2021). Cada relatório apresenta, a partir de intensas investigações, um panorama da realidade mundial e indica possibilidades para uma educação pautada nos direitos humanos que contribua para a construção de um mundo melhor, ou seja, um mundo mais humano, justo, inclusivo, democrático e sustentável.

O RELATÓRIO FAURE: APRENDER A SER

*“O fim da educação é permitir ao homem ser ele próprio ‘vir a ser’”
(Faure, 1981, p. 31)*

Em fevereiro de 1971, o diretor-geral da UNESCO, René Maheu, constituiu uma Comissão Internacional para o Desenvolvimento da Educação, formada por sete membros de formação e origens diversas, sendo presidida pelo francês Edgar Faure.

A partir de uma análise crítica sobre a situação da educação, a Comissão foi encarregada de “definir as novas finalidades que determinam à educação a transformação rápida dos conhecimentos e das sociedades, as exigências do desenvolvimento, as aspirações do indivíduo e os imperativos da compreensão internacional e da paz” (Faure, 1981, p. 384), com o objetivo de organizar um relatório que ajudasse os governos a formular estratégias nacionais para o desenvolvimento da educação, além de contribuir para orientar a cooperação internacional no domínio da educação e as ações futuras da UNESCO.

A Comissão estabeleceu como método de trabalho:

- o envio, para todas as regiões do mundo, de missões de inquérito que permitam proceder a trocas de pontos de vista com os dirigentes políticos e organizar mesas-redondas com os responsáveis pela educação;
 - visitar as organizações do sistema das Nações Unidas, bem como as fundações e instituições regionais que se interessam particularmente pelos problemas educacionais;
 - participar em reuniões internacionais e regionais;
 - estudar documentos sobre diversos aspectos da educação, estabelecidos para a Comissão por especialistas;
 - ter entrevistas com especialistas sobre diferentes problemas relativos à educação.
- (Faure, 1981, p. 382)

A partir dos trabalhos realizados em vinte e três países, em maio de 1972, a Comissão apresentou o seu relatório, intitulado “Aprender a Ser”, ao diretor-geral. Na carta de apresentação do relatório, Faure resume em quatro postulados a atitude que assumiram:

[...] o primeiro, que constitui a própria justificação da tarefa empreendida, é o da existência duma comunidade internacional que, sob a diversidade de nações e de culturas, das opções políticas e dos níveis de desenvolvimento, se exprime pela unidade de aspirações, de problemas e de tendências e pela convergência para um mesmo destino. [...] O segundo é a crença na democracia concebida como o direito de cada homem se realizar plenamente e de participar na edificação do seu próprio futuro. A chave duma democracia assim concebida é a educação [...]. Constitui o terceiro postulado o desenvolvimento que tem por objetivo a expansão integral do homem em toda a sua riqueza e na complexidade das suas expressões e compromissos [...]. O nosso último postulado é o de que a educação para formar este homem completo [...] terá de ser global e permanente. Trata-se de [...] se preparar para elaborar, ao longo de toda vida, um saber em constante evolução e de “aprender a ser”. (Faure, 1981, p. 10)

Sem negar as poderosas influências que o passado exerce sobre a educação, o relatório procurou focar em questões numa perspectiva de futuro, evidenciando inovações globais, com forte referência aos progressos das ciências e das tecnologias.

A Comissão manifesta sentir uma forte inquietação perante às transformações do mundo moderno, onde se verificam disparidades econômicas, intelectuais e cívicas, manifestando o desejo de que “todos os povos possam ascender a um certo nível de bem-estar, de instrução, de democracia” (Faure, 1981, p. 19).

Reconhece que a educação

pelo conhecimento que ela dá do ambiente onde se exerce, pode ajudar a sociedade a tomar consciência dos seus próprios problemas, com a condição de centralizar os seus esforços na formação de homens completos, conscientemente comprometidos na via da sua emancipação colectiva e individual, e pode contribuir grandemente para a transformação e para a humanização das sociedades. (Faure, 1981, p. 113)

Para tanto é necessário que a educação proporcione uma compreensão do mundo, portanto é imprescindível “ligar a educação à vida; associá-la a objetivos concretos;

estabelecer uma correlação estreita com a sociedade e economia; inventar ou redescobrir uma educação em estreita simbiose com o ambiente” (Faure, 1981, p. 130). Mais do que aprender para ter um emprego ou para exercer uma atividade específica, a educação deve proporcionar ao homem

aprender para viver; aprender a aprender, de maneira a poder adquirir conhecimentos novos ao longo de toda vida; aprender a pensar de maneira livre e crítica; aprender a amar o mundo e a torna-lo mais humano; aprender a desenvolver-se no e pelo trabalho criador. (Faure, 1981, p. 130)

Nesse contexto que a Comissão traz para o debate as duas noções sobre as quais dedicam todo o estudo, a educação permanente e a cidade educativa, a partir das quais definem a verdadeira dimensão do desafio educativo do futuro:

Se os estudos não podem mais constituir um “todo” definitivo, que se distribui e se recebe na vida adulta, qualquer que seja o nível de bagagem intelectual e a idade desta entrada, é então preciso reconsiderar os sistemas de ensino no seu conjunto e mesmo na sua concepção. Se o que é necessário aprender é reinventar e a renovar constantemente, então o ensino torna-se educação e, cada vez mais, aprendizagem. Se aprender é acção de toda uma vida, tanto na sua duração como na sua diversidade, assim como de toda uma sociedade, no que concerne quer às suas fontes educativas, quer às sociais e econômicas, então é preciso ir ainda mais além na revisão necessária dos “sistemas educativos” e pensar na criação duma cidade educativa. (Faure, 1981, p. 33-34)

A partir destas noções, o relatório apresentou recomendações para as políticas educacionais baseadas em vinte e um princípios, que, em resumo, expressam a necessidade de: garantir a todo o indivíduo a possibilidade de aprender durante toda a vida; ultrapassar a concepção de uma educação limitada no tempo (idade escolar e fechada no espaço (estabelecimentos escolares); transformar os sistemas educativos fechados em sistemas abertos, eliminando gradualmente as distinções rígidas entre ensino primário, secundário e pós-secundário; desenvolver a educação das crianças em idade pré-escolar, envolvendo a participação da família e da comunidade; conciliar educação geral e formação técnica, associando estreitamente educação e trabalho; multiplicar os tipos de instituições de ensino superior, transformando as universidades em instituições que garantam a formação contínua, a especialização e a investigação científica; modificar as condições de formação de professores, a fim de formar essencialmente educadores; acelerar a inserção de novas técnicas de reprodução e de comunicação, e utilizar a tecnologia como meio para democratizar a ação educativa; democratizar a gestão da educação, assegurando uma larga participação do público em todas as decisões de interesse para a educação. (Faure, 1981)

Por fim, a Comissão destaca a necessidade de uma cooperação internacional e de uma solidariedade mundial para que esse processo de renovação da educação, que determinará o desenvolvimento de todas as nações, seja possível.

O RELATÓRIO DELORS: UM TESOURO A DESCOBRIR

“O tesouro está na educação” (Delors et al., 1998, p. 32)

Diante de um cenário pós-guerra, marcado por um aumento notável na globalização, no início de 1993 foi criada a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, com a missão, a exemplo da Comissão Faure, de apresentar um relatório com sugestões e recomendações, a partir de estudos e reflexões sobre os desafios futuros para a educação, para servir de referência para tomada de decisões neste campo. O relatório deveria propor estratégias inovadoras e realistas, e que considerasse a diversidade de situações, necessidades e aspirações a nível mundial.

A Comissão, convocada pelo diretor-geral da UNESCO, Federico Mayor, presidida por Jacques Delors e composta por outras catorze personalidades de diferentes profissões, culturas e regiões do mundo, orientou sua reflexão para uma questão central: que tipo de educação necessitaremos amanhã, e para que gênero de sociedade?

Considerando a extrema diversidade de situações, concepções e modalidades de organização de educação que há no mundo, foi necessário optar e determinar o que era essencial para o futuro, sendo escolhidas

seis pistas de reflexão e de trabalho, que permitiram que a Comissão encarasse a sua tarefa, do ponto de vista das finalidades (individuais e sociais) do processo educativo: educação e cultura; educação e cidadania; educação e coesão social; educação trabalho e emprego; educação e desenvolvimento; educação, investigação e ciência. Estas seis pistas foram completadas pelo estudo de três temas transversais, mais diretamente relacionados com o funcionamento dos sistemas educativos, a saber: as tecnologias da comunicação; os professores e o processo pedagógico; financiamento e gestão. (Delors et al., 1998, p. 269)

A Comissão, que constituiu grupos de trabalho compostos por representantes de diversas atividades, profissões e organizações, relacionadas com a educação formal e não-formal, e analisou uma considerável documentação, trabalhou intensamente de março de 1993 a janeiro de 1996, quando apresentou seu relatório final, intitulado “Educação: Um Tesouro a Descobrir”.

No prefácio do relatório, Delors et al. (1998, p. 11) afirma que a educação é “um trunfo indispensável à humanidade na sua construção dos ideais da paz, da liberdade e da justiça social” e deve ser vista como “uma via que conduza a um desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões, as guerras...”.

A realidade apresentada no relatório é marcada por significativos avanços nas comunicações e tecnologia e progressos econômicos e científicos, porém, em consequência disso, também se verifica o aumento do desemprego, da exclusão social, das desigualdades econômicas e ameaças ao ambiente natural. Diante disso, algumas tensões devem ser encaradas e superadas, considerando que pode ser percebido nos “contemporâneos um sentimento de vertigem, divididos que estão entre esta mundialização cujas manifestações eles observam e, por vezes, suportam a sua busca das raízes, das referências, de fazer parte” (Delors et al., 1998, p. 16).

Perante este problema, a educação tem

a missão de fazer com que todos, sem exceção, façam frutificar os seus talentos e potencialidades criativas, o que implica, por parte de cada um, a capacidade de se responsabilizar pela realização do seu projeto pessoal. Esta finalidade ultrapassa qualquer outra. A sua realização, longa e difícil, será uma contribuição essencial para a busca de um mundo mais habitável e mais justo. (Delors et al., 1998, p. 16)

Neste contexto, Delors et al. (1998) destaca a necessidade de resgatar e atualizar o conceito de educação ao longo da vida, entendendo que não é possível acumular durante a vida escolar todo o conhecimento necessário para a vida humana, sendo fundamental que os indivíduos explorem durante toda a vida as oportunidades de atualizar, aprofundar e enriquecer seus conhecimentos, de forma a adaptar-se a um mundo em constante mudança. Portanto,

a educação ao longo de toda a vida é uma construção contínua da pessoa humana, do seu saber e das suas aptidões, mas também da sua capacidade de discernir e agir. Deve levá-la a tomar consciência de si própria e do meio que a envolve e a desempenhar o papel social que lhe cabe no mundo do trabalho e na comunidade. (Delors et al., 1998, p. 106)

Nesta mesma direção, o relatório afirma a necessidade de caminhar para uma “sociedade educativa”, considerando que toda a vida pessoal e social oferece oportunidades

de aprendizagem. Todos os espaços da sociedade carregam potencial educativo e todas as oportunidades de aprender devem ser aproveitadas.

Todos podem experimentar diversas situações educativas e, até, desempenhar, alternadamente, o papel de aluno e de professor dentro da sociedade educativa. Integrando, deliberadamente, o informal no formal a educação corresponde, assim, a uma produção constante da sociedade que passa a ser inteiramente responsável por ela, e se transforma através dela. (Delors et al., 1998, p. 116)

Para a Comissão, para dar conta de sua missão, numa perspectiva de educação ao longo da vida, a educação deve organizar-se em torno de quatro pilares:

aprender a conhecer, isto é adquirir os instrumentos da compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente *aprender a ser*, via essencial que integra as três precedentes. (Delors et al., 1998, p. 90, grifos dos autores)

Aprender a conhecer envolve o domínio dos instrumentos do conhecimento como um meio para compreender o mundo, proporcionando uma vida digna. Considerando que o conhecimento é múltiplo e evolui infinitamente, aprender para conhecer supõe aprender a aprender.

Aprender a fazer está ligada à questão da formação profissional, consistindo na aplicação prática do conhecimento. Considerando as constantes transformações no mundo do trabalho, o aprender a fazer deve ir além do preparo para uma atividade específica, deve estimular o trabalho em equipe, a capacidade de iniciativa, a capacidade de comunicar e de gerir e resolver conflitos.

Aprender a viver juntos é considerada pela Comissão como o maior desafio para a educação. Aprender a viver juntos implica a descoberta e compreensão do outro e a participação em projetos comuns, sendo fundamental que a escola desenvolva programas que estimulem a cooperação. A descoberta do outro passa pela descoberta de si mesmo, para aprender a colocar-se no lugar do outro, desenvolvendo a empatia que é fundamental para as relações sociais ao longo da vida.

Aprender a ser, uma referência ao Relatório Faure (1972), destaca o princípio fundamental de que a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa. Todos ser humano deve ser preparado para agir de maneira autônoma, crítica e responsável perante as mais diversas situações da vida.

A partir dos princípios fundamentados, o relatório Delors traz importantes orientações para educação básica, para o ensino secundário e para a educação superior.

Ao considerar a educação básica como um “passaporte para a vida”, recomenda a todos os países que invistam nela para além das aprendizagens básicas, mas para experiências que facilitem o diálogo e a compreensão. Evidencia a necessidade de uma abertura ao universo da ciência, considerando as transformações científicas e tecnológicas que marcarão o século XXI. Destaca a importância de uma aprendizagem que parta de dados da vida quotidiana, de maneira a compreender os fenômenos naturais e ter acesso às diferentes formas de sociabilidade. Sublinha a importância da educação pré-escolar, pois verifica-se que as crianças que tem acesso a este tipo de educação têm uma disposição mais favorável em relação à escola e menor probabilidade de abandoná-la. Orienta a inclusão de temas como meio ambiente, saúde e valores à alfabetização de educação básica de adultos, além de associação a competências úteis a atividades econômicas de maneira a torna-la mais atraente. Destaca a importância de valorizar a comunidade de base, estimulando a participação e a responsabilização da família e da comunidade sobretudo nesta etapa. (Delors et al., 1998)

O ensino secundário, reconhecido como uma via de acesso à promoção social e econômica, deve ser repensado na perspectiva de educação ao longo da vida, abrindo possibilidades mais vasta de realização pessoal e de formação após a educação básica. Neste contexto, orienta-se a diversificação das formações, a alternância entre o estudo e uma atividade profissional ou social e a busca de melhorias qualitativas. (Delors et al., 1998)

Delors et al. (1998, p. 139-140) caracteriza o ensino superior como “um dos motores do desenvolvimento econômico e, ao mesmo tempo, um dos pólos da educação ao longo de toda a vida. É, simultaneamente, depositário e criador de conhecimentos”. Afirma que, devido à inovação e ao avanço tecnológico, as economias irão demandar cada vez mais de profissionais qualificados, capacitados com educação de nível superior. Nesta conjuntura, as universidades terão as funções essenciais de preparar para a pesquisa e para o ensino, dar formação altamente especializada e adaptada às necessidades da vida econômica e social, oferecer possibilidade de aprender à distância e em vários momentos da vida, cooperar no plano internacional.

O relatório também apresenta perspectivas e orientações para a ação docente. Diante da relevante importância dada à educação para o desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades, Delors et al. (1998, p. 152) acentua que “a contribuição dos professores é crucial para preparar os jovens, não só para encarar o futuro com confiança, mas para construí-lo eles mesmos de maneira determinada e responsável”. Reconhece que os professores têm grande

responsabilidade pela formação do caráter e do espírito das novas gerações. Direciona os professores a conciliar as tarefas de tornar a escola mais atraente e organizar experiências de aprendizagem para fora da instituição escolar. Enfatiza a necessidade de desenvolver a autonomia no estudante e estabelecer relações de diálogo que estimulem o senso crítico. Além de recomendações para atuação docente, propõe medidas para melhorar a qualidade da educação, tais quais, melhorar o recrutamento, investir na formação inicial e continuada, reformar os sistemas de gestão, e oferecer melhores condições de trabalho dos professores. (Delors et al., 1998).

Tal qual o relatório Faure, o relatório Delors reforça a necessidade da cooperação internacional, levando em conta que “a globalização exige respostas globais, e a construção de um mundo melhor — ou menos mau — tornou-se, mais do que nunca, tarefa de todos” (Delors et al., 1998, p. 195).

O RELATÓRIO SAHLE-WORK: REIMAGINAR NOSSOS FUTUROS JUNTOS

“A educação é a base para a renovação e a transformação de nossas sociedades” (UNESCO, 2022, p. 8)

Em 2021, vinte e cinco anos depois da apresentação do Relatório Delors, é publicado o Relatório “Reimaginar nossos futuros juntos: Um novo contrato social para a educação”, elaborado pela Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, composta por dezoito especialistas de diferentes países, sob a liderança de Sahle-Work Zewde, presidente da Etiópia.

O Relatório foi desenvolvido ao longo de dois anos, através de um processo de consulta global, envolvendo cerca de um milhão de pessoas, com o objetivo de reimaginar como o conhecimento e a aprendizagem podem moldar o futuro da humanidade e do planeta, idealizando um novo contrato social para a educação, fundamentado nos direitos humanos e que ajude na construção de futuros pacíficos, justos e sustentáveis para todos. (UNESCO, 2022)

No prefácio do relatório, a diretora-geral da UNESCO, Audrey Azoulay, destaca que “assim como os relatórios que o precederam, o relatório da Comissão Sahle-Work amplia a discussão sobre filosofias e princípios necessários, a fim de orientar a educação para melhorar a existência de todos os seres vivos no planeta”. (UNESCO, 2022, p. V)

O cenário que se apresenta é marcado por enormes desigualdades, degradação ambiental, retrocesso democrático e rápidas mudanças tecnológicas e, embora esteja claro que a educação é a base para a renovação e para a transformação, esta não está cumprindo com sua promessa na construção de um mundo melhor. Diante dessa constatação, o relatório questiona “qual é o papel que a educação pode desempenhar para idealizar o nosso mundo comum e o nosso futuro compartilhado, pensando em 2050 e além” (UNESCO, 2022, p. XI), de maneira a assegurar que o mundo seja abundante e que todos possam desfrutar plenamente dos mesmos direitos humanos.

A ideia de estabelecer um “contrato social” reforça o compromisso de toda a sociedade em prol de um objetivo comum em benefício de todos: delinear futuros sustentáveis e pacíficos, fundamentados na justiça social, econômica e ambiental.

A partir deste contexto, o relatório é pautado sobre três questões essenciais: o que devemos continuar a fazer? O que devemos abandonar? O que deve ser reinventado de maneira criativa? E o futuro da educação é examinado a partir das seguintes temáticas: sustentabilidade; conhecimento; aprendizagem; professores e o ensino; trabalho, habilidades e competências; cidadania; democracia e inclusão social; educação pública; e ensino superior, pesquisa e inovação. (UNESCO, 2022)

Ancorado na Declaração dos Direitos Humanos, o relatório indica que o novo contrato social da educação deve ser pautado em dois princípios fundamentais: assegurar o direito à educação de qualidade ao longo da vida e fortalecer a educação como um esforço público e um bem comum. Portanto, o direito a educação deve ser assegurado em todas as idades, independentemente de características econômicas, físicas, sociais, culturais, religiosas, políticas ou qualquer outra que possa ser usada para discriminar ou excluir. Além disso, deve ser entendida como um bem comum, e, portanto, responsabilidade de toda a sociedade, integrando atores estatais e não estatais a fim de construir um futuro social, econômico e ambientalmente justos e sustentáveis.

Após examinar a situação da educação e as tendências para o futuro, o relatório propõe que a pedagogia deve ser fundamentada na cooperação e na solidariedade, onde estudantes e professores trabalham juntos para transformar o mundo. Para tanto, é necessário reimaginar as abordagens pedagógicas, incluindo práticas colaborativas, interdisciplinares e problematizadoras. Além disso, uma pedagogia da solidariedade deve valorizar e apoiar a diversidade e o pluralismo, de forma a combater o fanatismo, o preconceito e a discriminação. Ressalta-se que as pedagogias participativas e cooperativas devem estar presentes em todos os

níveis de educação e em todos os ambientes educacionais, sejam eles formais ou informais (UNESCO, 2022).

Quanto aos currículos, o relatório enfatiza que devem abraçar a aprendizagem ecológica, intercultural e interdisciplinar que apoie os estudantes no acesso e na produção de conhecimento. Ao mesmo tempo, a aprendizagem deve desenvolver a capacidade de criticar e aplicar esse conhecimento. Os currículos devem abordar os conhecimentos comuns, como alfabetização, numeramento, investigação científica, artes e cidadania, mas, acima de tudo, priorizar a educação em mudança climática, a investigação científica e os direitos humanos. As abordagens curriculares devem integrar o aprendizado cognitivo com habilidades de resolução de problemas, inovação e criatividade, ao mesmo tempo em que incorporam o desenvolvimento das habilidades sociais e emocionais, além da reflexão sobre o autoconhecimento.

Os currículos precisam tratar os estudantes como seres humanos completos [...]. Currículos que ensinam as pessoas como seres humanos completos apoiam suas interações sociais e emocionais com o mundo e as tornam mais capazes de colaborar com outras pessoas para melhorá-lo. (UNESCO, 2022, p. 65)

O relatório destaca o papel central dos professores na transformação educacional e social, portanto sua profissão deve ser revalorizada e reimaginada, reforçando a importância do trabalho em equipe e da participação das famílias e da comunidade para fornecer a cada estudante o suporte necessário para aprender. Enfatiza que a elaboração e a implementação de currículos, baseados em conhecimentos abertos e compartilhados, depende muito do trabalho dos professores. Chama a atenção também para a importância do desenvolvimento profissional contínuo e para escassez de professores qualificados, indicando que a formação de professores precisa ser repensada urgentemente. Nesse aspecto, ao referenciar Paulo Freire, Toderó e Robaina (2022, p. 6) destacam que os princípios norteadores de um processo de formação não se limitam a uma visão disciplinar ou a aspectos específicos, reforçando “a necessidade de interação entre docentes, estudantes, a escola e o contexto social, numa perspectiva interdisciplinar”.

No relatório, as escolas são reconhecidas como um componente central e essencial para os processos educacionais, pois favorecem as relações sociais, apoiam a inclusão, a equidade e o bem-estar individual e coletivo e, portanto, precisam ser protegidas. Além disso, devem ser reimaginadas para melhor promover a transformação do mundo rumo a futuros mais justos, equitativos e sustentáveis. Reformular arquiteturas escolares, horários de aula e agrupamentos de alunos é essencial para cultivar habilidades colaborativas. A promoção de

culturas de colaboração deve impregnar a administração, gestão e interações entre as escolas. As tecnologias digitais devem ser utilizadas para apoiar, não substituir, o ambiente escolar, visando ampliar a criatividade e comunicação dos estudantes. (UNESCO, 2022)

No entanto, uma discussão sobre educação limitada apenas às instituições formais não abrange as ricas possibilidades educacionais que existem dentro e através da sociedade como um todo. Um princípio fundamental do contrato social para a educação proposto neste Relatório é o direito à educação para todos ao longo da vida. Esse princípio reconhece que, assim como a aprendizagem nunca acaba, a educação deve ser ampliada e enriquecida em todos os tempos e espaços. (UNESCO, 2022, p. 104)

Ao reportar-se a visão de “cidade educativa” abordada no relatório Faure (1972), o relatório Sahle-Work reforça a ideia de que “precisamos pensar de forma integral a riqueza e a diversidade dos espaços e os esforços sociais que apoiam a educação, bem como quem está envolvido” (UNESCO, 2022, p. 104). Precisamos compreender que as sociedades contemporâneas oferecem numerosas oportunidades educacionais por meio da cultura, do trabalho, das mídias sociais e do mundo digital e estas devem ser reconhecidas e construídas como valiosas fontes de aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os três relatórios apresentados foram construídos a partir das mesmas perspectivas e com o mesmo propósito, seja ele o de orientar ações no campo da educação, baseado nas tendências e desafios impostos para o futuro. Portanto, constituem um modelo de apresentação similar, apresentando a realidade que se evidencia, projeções e recomendações para o futuro, com um forte chamado à cooperação internacional.

Mesmo que tenham sido elaborados em épocas distintas, os relatórios trazem semelhanças tanto em suas inquietações quanto nas suas recomendações. Facilmente podemos constatar que ao longo de cinquenta anos pouco evoluímos em termos de educação. Não nos libertamos de uma educação tradicional, pautada na transmissão de conteúdo, muitas vezes, desconexos da vida e que pouco contribuem para a transformação da nossa sociedade. Por outro lado, é evidente que a sociedade está evoluindo de maneira desenfreada para um mundo cada vez mais desigual, injusto, insustentável e desumano.

Diante dessa realidade, a educação precisa tomar consciência de seu papel, e assumir-se como meio para uma verdadeira transformação. Mais do que preparar para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania, a educação precisa formar seres humanos completos

e verdadeiramente humanos. A educação é para a vida e por toda a vida. Ademais, a educação é responsabilidade coletiva, portanto

as escolhas que fazemos hoje de maneira coletiva determinarão nossos futuros compartilhados. Se sobrevivermos ou pereceremos; se vivermos em paz ou permitiremos que a violência defina nossas vidas; se iremos nos relacionar com a Terra de maneira sustentável ou não, são questões que serão profundamente moldadas e decididas pelas escolhas que fazemos na atualidade e pelas nossas capacidades para alcançar nossos objetivos comuns. Juntos, podemos mudar o rumo do nosso futuro. (UNESCO, 2022, p. 22)

REFERÊNCIAS

DELORS, J. et al. **Educação: um tesouro a descobrir**: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: UNESCO, 1998.

FAURE, Edgar. **Aprender a Ser**. 3ª ed. Lisboa: Livraria Bertrand, 1981.

TODERO, Izelda; ROBAINA, José Vicente Lima. O Projeto Político Pedagógico contextualizado na formação de professores do Normal Magistério. **Revista Literatura em Debate**, Frederico Westphalen, v. 17, n. 30, p. 3-19, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revistas.fw.uri.br/index.php/literaturaemdebate/article/view/4580>. Acesso em: 1 maio 2024.

UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos**: um novo contrato social para a educação. Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, UNESCO; Boadilla del Monte: Fundación SM, 2022.

SOBRE AS AUTORAS

Gladis Lorenzato Bertol

Mestranda em Educação na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI. Bolsista CAPES. Assistente de Educação na Rede Pública Estadual de Educação de SC. E-mail: gladislorenzato@gmail.com

Jaqueline Moll

Orientadora. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora titular da Faculdade de Educação e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências/UFRGS. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. E-mail: jaquelinemoll@gmail.com

Artigo recebido em 14/03/2024.

Artigo aceito em 15/05/2024.